

LINGUAGEM ORAL E LINGUAGEM ESCRITA: UM ESTUDO SOBRE POSICIONAMENTO E ESCOLHAS SEMÂNTICAS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS

Flávia Girardo BOTELHO¹

RESUMO

Pesquisas como SAEB (2003) e INEP (2000) indicam que 55% das crianças da 4ª série encontram-se nos níveis *crítico* e *muito crítico* em Língua Portuguesa e 13,6% da população jovem e adulta são incapazes de escrever um bilhete. Estes dados indicam que crianças, adolescentes e adultos não demonstram domínio lingüístico, e entre os problemas mais recorrentes, estudos têm apontado a intervenção da fala na escrita. Apoiando-se em Vygotsky, Luria e Bernstein, este estudo analisou como o código sociolingüístico regula as formas de relações sociais, as escolhas semânticas e as relações com a fala no contexto de produção textual, através de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, a partir de cartas produzidas por crianças, adolescentes e adultos do ensino público de Cuiabá-MT. O estudo mostrou que as escolhas semânticas são orientadas, no início da escolarização, aos significados particularistas e aos objetos, o que caracteriza predominância do código restrito, e que, avançando o processo de escolarização, ocorre uma reorientação aos significados universalistas e às pessoas, o que representa uma gradativa predominância do código elaborado. Ademais, no início da escolarização, os sujeitos apresentam indícios de intervenção da fala na escrita, e que, com o aumento da escolaridade, esta intervenção diminui e as escolhas ortográficas passam a ser orientadas pelas normas do sistema lingüístico, o que caracteriza a apreensão dos meios desdobrados da linguagem. O estudo concluiu, assim, que o desenvolvimento da linguagem escrita é regulado pelo código sociolingüístico e controlado por três fatores – a idade, a escolaridade e os contextos evocadores.

PALAVRAS-CHAVE: linguagem escrita, intervenção da fala oral, código sociolingüístico

¹CEFET-MT, Departamento da Área de Eletro-eletrônica, Rua Coqueiros, 61, Ed. Pinheiro, apt 201, Jardim das Palmeiras, CEP 78080-160, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil, flaviagbotelho@eletro.cefetmt.br.

As relações entre oralidade e escrita há muito motivam pesquisas na Educação. Sendo o Brasil um país com um histórico de analfabetismo e sem tradição de uma cultura da escrita que motive e incentive crianças, adolescentes e adultos à leitura, o aprendizado da escrita se torna um enorme desafio, e a oralidade permanece como a grande referência do domínio da língua materna, conforme ABAURRE (1987).

Dessa forma, visto que os estudos citados anteriormente indicam que a presença da oralidade na escrita é ocasionada tanto pelas hipóteses que guiam a construção da escrita, quanto pelo seu aspecto sociolingüístico e histórico, este estudo procurou entender a escrita como produto do planejamento verbal, visto como um processo de orientação, seleção e organização da linguagem a partir das relações sociais, que regulam as formas de linguagem nos níveis sintático, léxico e semântico. Para tanto, buscou fundamentação teórica em Bernstein, que tentou explicar o que ocorre no sujeito externa e internamente no ato do uso da linguagem, seja para expressão oral ou escrita, por meio da teoria dos códigos sociolingüísticos.

Neste sentido, para BERNSTEIN (1996), o código sociolingüístico é interno porque regula o planejamento verbal do sujeito através das escolhas sintáticas, léxicas e semânticas acionadas, e é externo porque é o contexto comunicativo que evoca o código sociolingüístico do sujeito, o qual aciona as escolhas sintáticas, léxicas e semânticas adequadas àquele contexto.

Então, ao se considerar a linguagem escrita como uma linguagem exterior regulada pelo código sociolingüístico, o qual orienta o sujeito para um padrão de relações com objetos e pessoas, e orienta suas escolhas sintáticas, léxicas e semânticas durante o planejamento verbal apoiada em meios gramaticais desdobrados da linguagem, as perguntas que orientaram este estudo foram: como o código regula a forma de relações

sociais acionada por crianças, adolescentes e adultos durante a produção da escrita, e quais escolhas semânticas são reguladas pelo código durante o seu planejamento verbal? E, neste sentido, se a linguagem escrita exige um trabalho consciente de linguagem de diferenciação entre a relação com a fala interior e com a fala oral, quais escolhas sintáticas e léxicas reguladas pelo código resultam da relação do sujeito com a fala oral?

Em outras palavras, como o código sociolingüístico – restrito ou elaborado – regula a linguagem escrita de crianças, adolescentes e adultos no que se refere especificamente às formas de relações sociais, às escolhas semânticas e à presença da fala oral na escrita?

Com o intuito de responder à questão fundamental, o presente estudo foi dividido em duas partes: a primeira, que analisou as escolhas sintáticas e léxicas reguladas pelo código que resultam da relação do sujeito com a fala oral na produção textual escrita, em cartas produzidas por crianças, adolescentes e adultos. E a segunda parte que buscou analisar como o código sociolingüístico regula as formas de relações sociais e os significados relevantes, no contexto de produção textual.

Para tanto, na primeira parte do estudo, analisou-se a presença da fala oral como escolhas sintáticas, léxicas e semânticas realizadas pelos sujeitos na produção escrita, tomou-se como referência as escolhas ortográficas, e deste modo, foram avaliadas as seguintes escolhas: 1) segmentação dos enunciados escritos, subdividida em hiposegmentação e hipersegmentação, 2) a não-correspondência fonema e letra, subdividida em representação das vogais nasais, representação do fonema lateral, representação do fonema vibrante, ditongação, monotongação, redução da marca de gerúndio, redução das proparoxítonas, representação das vogais átonas finais, representação das vogais pretônicas.

As condições de produção da carta: autores e interlocutores

A carta se constitui em um gênero textual da linguagem escrita que se realiza em condições e com finalidades específicas nas diferentes situações de interação social. Seu conteúdo temático, estilo verbal e aspecto composicional estão fortemente presentes no cotidiano de diferentes grupos sociais, de forma que, ao ser produzida, a carta é facilmente identificada. Isso se justifica porque a carta é um gênero que permite marcas do universo oral e dos usos da escrita, pois, segundo SIGNORINI (1999, p. 5), “o autor registra (ou faz registrar) no papel o que elaborou mentalmente e que será lido/visto/ouvido pelo leitor/espectador através da voz e da decifração/interpretação de um terceiro”. Ainda, é um texto que apresenta as marcas das condições em que foi produzida e em que foi recebida que lhe são peculiares.

Cada gênero apresenta características próprias, no caso da carta, é necessário delimitar quem escreve? Com que propósito? De que lugar? Quando? Para quem se escrever? Em que condições esse gênero pode ser produzido e em que meios pode circular em nossa sociedade? O conhecimento dessas características permite que o sujeito-autor seja capaz de perceber as condições de produção e de circulação, o que lhe possibilita a escolha de recursos expressivos adequados (sintáticos e léxicos).

Dessa forma, a carta, por suas características, permitia a identificação do destinatário, apresentava uma forma de comunicação direta e, assim, possibilitava que sua escrita seja muito similar a um discurso oral. LURIA (1987) explica que a linguagem escrita utilizada por este gênero do discurso reflete

as formas que são usuais na linguagem oral, mas também aquele que escreve informa sobre o ato propriamente dito da escrita: comunica quem escreve, enuncia o que é que deseja transmitir e descreve os atos que cumpre durante a ação de escrever (LURIA, 1987, p. 172).

Os autores dos textos analisados neste estudo foram 137 estudantes dos níveis educacionais fundamental, médio e superior, subdivididos em crianças, adolescentes e adultos, todos estudantes de escolas públicas de Cuiabá-MT. O grupo das crianças foi formado por 21 alunos da 3ª série e 21 alunos da 5ª série do Ensino Fundamental; o grupo dos adolescentes foi formado por 26 alunos do 1º ano e 31 alunos do 3º ano do Ensino Médio, e o grupo dos adultos por 22 alunos do 1º ano e 16 alunos do 4º ano de um curso superior. Na análise, como forma de facilitar a visualização, os sujeitos serão apresentados em quadros por série escolar e com seus respectivos nome codificados.

A carta produzida seguiu temática diferenciada para cada grupo de sujeitos. Assim, às crianças foi solicitada uma produção ao diretor de um hospital para crianças; aos adolescentes para o diretor do hospital do câncer e aos adultos para a Corregedora Geral da União.

Como o estudo verificou a presença da fala na escrita de crianças a adultos, considera-se este tipo de estudo como longitudinal, já que “estudos longitudinais são conduzidos a partir de observações regulares de um dado comportamento ao longo do tempo²”. São estudos comuns no campo da aquisição da linguagem, pois podem revelar a produção espontânea da fala por crianças, cobrindo o segundo ou terceiro ano de vida.

Dessa forma, dados da fala espontânea das crianças coletados longitudinalmente possibilitam a observação da ocorrência de diferentes tipos de manifestação gramatical na fala ou de padrões de interação no comportamento da criança. Considerando que a coleta de dados foi feita utilizando um único instrumento, esse tipo de investigação favorece o acompanhamento de alterações relativas a um tipo de manifestação, no caso aqui, da fala

² Dados sobre estudo longitudinal disponíveis em < www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/10310_6.PDF?NrOcoSis=33083&CdLinPrg=pt>, acesso em 14 de junho de 2008.

na escrita. Entretanto, devem-se considerar suas limitações, uma vez que, ao escrever a carta, o sujeito poderá ou não produzir os aspectos lingüísticos investigados.

A linguagem oral na linguagem escrita: resultados revelados

A análise da produção textual dos sujeitos revelou a presença de diversos fenômenos da oralidade na escrita, organizados de acordo com três grupos de realizações: a-) Segmentação dos enunciados escritos, b-) Não-correspondência entre fonemas e letras.

A segmentação foi analisada sob duas formas de realização, a hipo-segmentação e a hipersegmentação. Segundo Silva (1994), a hipo-segmentação ocorre em número bem maior que a hiper-segmentação. Entretanto, neste estudo, verificou-se apenas esse resultado entre as crianças da 3ª série, sendo que nos outros grupos de sujeito, houve a gradativa redução desse fenômeno na escrita. Exemplos:

a) Hipo-segmentação:

“que isso pelomenos lhe de animo (1º ano do Ensino Médio)

b) Hipersegmentação:

“Eu fui mas estava fechado intam eu vou tei e fui discascar coco” (3ª série)

A correspondência (ou não) entre sons e letras foi analisada sob as escolhas gráficas que os sujeitos acionaram na escrita. Em geral, essas escolhas se manifestaram na forma de fenômenos como a representação das vogais nasais, a representação do fonema lateral, a representação do fonema vibrante, a ditongação, a monotongação, a redução da marca de gerúndio, a redução das proparoxítonas, a representação das vogais átonas finais e a representação das vogais pretônicas.

Alguns exemplos de cada uma das realizações analisadas:

a) Representação das vogais nasais:

“Diretor eu gostaria que estivece mais orasois para todos que esta no hospital” (3ª série)

b) Representação do fonema lateral:

“precisa de muitas vidas para salvar muitas crianças” (5ª série)

c) Representação do fonema vibrante:

“Eu como sou criança queria esta dentro de um hospital” (5ª série)

d) Ditongação:

“nois precisamos de ajuda” (1º ano do Ensino Médio)

e) Monotongação [ei] → [e]

“essas criansa que estão na cadera de roda” (5ª série)

f) Monotongação [ow] → [o]

“O diretor da minha escola só que roba a verba da escola” (3º ano do Ensino Médio)

g) Redução das proparoxítonas:

“o endereso e rua nossa senhora da guia numero 312 bairro chacra dos pinheiro”
(3ª série)

h) Representação das vogais átonas finais:

“Espero que o hospital do câncer continui ajudando” (1º ano do Ensino Médio)

i) Representação das vogais pretônicas:

“na verdade eu não tenho muita coisa a dizer eu simplismente quero te parabenizar” (3º ano do Ensino Médio)

Percebe-se que a escrita orientada pelas relações com a oralidade começa a perder força a partir do Ensino Médio, desaparecendo por completo no Ensino Superior, já que as

produções textuais dos adultos do Ensino Superior não apresentaram nenhuma realização dos fenômenos relacionados a não-correspondência som e letra.

Considerando que o estudo obteve resultados em duas ordens, foram escolhidos três níveis para a classificação dos sujeitos quanto à presença da linguagem oral na linguagem escrita, a partir do número de ocorrências dos fenômenos analisados.

Assim, a partir da média do número de ocorrências, considerou-se como nível 1 sujeitos que apresentaram mais de oito ocorrências, como nível 2 sujeitos que apresentaram de quatro a sete ocorrências dos fenômenos e como nível 3, sujeitos que apresentaram menos de quatro ocorrências dos fenômenos.

Dessa forma, os resultados a partir dessa classificação revelaram:

- a) Sobre a 3ª série: 42,85% das crianças da 3ª série estão no nível 1; 33,33% estão no nível 2 e 23,80% estão no nível 3.
- b) Sobre a 5ª série: 52,38% das crianças da 3ª série estão no nível 1; 28,57% estão no nível 2 e 19,04% estão no nível 3.
- c) Sobre o 1º ano do Ensino Médio: 92,30% dos adolescentes do 1º ano estão no nível 3; e 7,69% estão no nível 2.
- d) Sobre o 3º ano do Ensino Médio: 100% os adolescentes do 3º ano estão no nível 3.
- e) Sobre o 1º ano do Ensino Superior: 100% dos adultos do 1º ano estão no nível 3.
- f) Sobre o 4º ano do Ensino Superior: 100% dos adultos do 4º ano estão no nível 3.

Os resultados revelados e aqui analisados permitem afirmar que a presença da fala na escrita tende a diminuir consideravelmente à medida que o sujeito evolui no seu processo de escolarização e se torna adulto. Ainda que, devido ao processo de escolarização, as escolhas acionadas pelo sujeito para a escrita passam a ser reguladas não mais pela sua relação com a fala e sim pelas normas apreendidas do sistema lingüístico.

Entretanto, estas análises revelam apenas uma das formas de se entender estes dados. Mesmo considerando as hipóteses sociolingüísticas, ainda não há efetivamente uma explicação sobre o que acontece com o sujeito no ato da escrita. Assim, a teoria dos códigos sociolingüísticos pode fornecer mais informações a respeito do processo de planejamento verbal que acontece no ato da escrita.

Linguagem oral e linguagem escrita: um estudo sobre posicionamento e escolhas semânticas

A segunda parte do estudo buscou analisar como o código sociolingüístico regula as formas de relações sociais e os significados relevantes, no contexto de produção textual.

Muitos estudos têm sido desenvolvidos a respeito da aquisição e desenvolvimento das habilidades da escrita por sujeitos escolarizados e, apesar dos reconhecidos avanços teóricos e metodológicos, estes têm mostrado que sua discussão se encontra ainda longe de ser concluída. Os dados do SAEB (2003), por exemplo, mostram que 55% das crianças brasileiras da 4ª série do Ensino Fundamental apresentam níveis crítico e muito crítico em relação ao desempenho em Língua Portuguesa, e quanto aos adultos, dados do INEP (2000) assinalam que 13,6% da população jovem de quinze anos ou mais pode ser considerada analfabeta. Este percentual representa em termos absolutos um total de 16.295 milhões de pessoas incapazes de ler e escrever um bilhete simples.

Frente a estes dados, diversos pesquisadores procuraram entender como é a construção da escrita pelas crianças e, dentre eles, destacam-se os estudos de Cagliari e de Signorini. CAGLIARI (1995) analisou os textos produzidos espontaneamente por crianças de 1ª série de escolas de periferia das cidades de Aracaju e de Campinas, seu estudo

mostrou que um quarto do total da amostra apresentava uma transcrição fonética da própria fala. SIGNORINI (1999) analisou diversos textos produzidos por migrantes alunos de supletivo do Ensino Fundamental da região de Campinas, professores leigos e não-leigos do interior de Alagoas, e por sujeitos de diferentes regiões do país em suas tentativas de comunicação escrita com instituições e autoridades em contexto não escolar, e seu estudo revelou que, em sua maioria, a escrita apresentava marcas de um universo oral, com marcadores típicos da fala, discurso entrecortado e descontinuidade sintático-semântica.

Vygotsky e Luria, no entanto, apoiando-se em estudos dos processos sociais e cognitivos na aquisição da linguagem, esclarecem que, assim como para a humanidade, também para a criança, o processo de aquisição da escrita representa um salto qualitativo no desenvolvimento de seus processos psicológicos superiores. O autor explica, portanto, que a escrita nasce na criança a partir dos gestos, que “são a escrita no ar, e os signos escritos são, freqüentemente, simples gestos que foram fixados” (VYGOTSKY, 1998, p. 142). Assim, a escrita é, para a criança, uma forma de representar aquilo que a cerca, de nomear objetos e reconhecê-los na forma escrita, passando de um simbolismo de segunda ordem, no qual símbolos escritos passam a designar signos verbais, para um simbolismo de ordem direta. É assim que, para Vygotsky, na medida em que a relação com a linguagem falada desaparece gradualmente, a escrita deixa de representar sons da fala e passa a ser um simbolismo direto de primeira ordem.

Na mesma perspectiva de Vygotsky, LURIA (1987) estudou o planejamento dos processos de pensamento para a expressão escrita. Em comparação à oralidade, Luria esclarece que nesta, as condições de produção da fala são visíveis, já que há a presença do interlocutor e o dinamismo do processo, porém, na escrita, as condições são outras. Para a realização da escrita, não há a presença do interlocutor, gestos ou expressões faciais, para que a interação verbal aconteça. Dessa forma, para o sujeito que escreve, o planejamento

assume um papel de relevada importância, para que a escrita se torne o mais inteligível possível. LURIA (1987) argumenta que

a linguagem escrita não contém nenhum meio complementar não-verbal, de expressão. Não supõe nem o conhecimento da situação por parte do destinatário, nem um contato simpráxico, não dispõe dos meios (gestos, mímica, entonação, etc.) que desempenham o papel de “marcadores semânticos” no monólogo e o procedimento de separação de partes do texto com a pontuação ou por meio de parágrafos é somente um substituto parcial destes “marcadores”. Desta forma, toda a informação expressa na linguagem escrita deverá se apoiar somente na utilização suficientemente completa dos meios gramaticais desdobrados da linguagem. (Luria, 1987, p. 169)

Na perspectiva de que a escrita é o produto do planejamento verbal, entendido como um processo de orientação, seleção e organização da linguagem a partir das relações sociais, que regulam as formas de linguagem nos níveis sintático, léxico e semântico, Bernstein tentou explicar, então, o que ocorre no sujeito externa e internamente no ato do uso da linguagem, seja para expressão oral ou escrita, por meio da teoria dos códigos sociolingüísticos.

Para BERNSTEIN (1996), o código sociolingüístico deve ser entendido como “um princípio regulativo, tacitamente adquirido, que seleciona e integra significados relevantes, formas de realização e contextos evocadores” (BERNSTEIN, 1996, p. 143). Dessa forma, o código sociolingüístico é interno porque regula o planejamento verbal do sujeito através das escolhas sintáticas, léxicas e semânticas acionadas, e é externo porque é o contexto comunicativo que evoca o código sociolingüístico do sujeito, o qual aciona as escolhas sintáticas, léxicas e semânticas adequadas àquele contexto.

Para Bernstein há dois códigos sociolingüísticos, o código restrito e o código elaborado. O código restrito apresenta-se previsível para os falantes, tem linguagem filtrada e reduz a necessidade de verbalização, já que há uma identidade cultural entre os falantes. Apresenta significados e estrutura social particularistas e modelos universalistas,

de sintaxe rápida e informal. O código elaborado necessita de um arranjo verbal que se ajuste bem a referentes específicos, exigindo mais dos falantes, apresenta significados e estrutura social universalistas, modelos de linguagem mais particularistas e sintaxe que exigem um tempo mais longo para sua aprendizagem, podendo ser formal e informal.

Visto isso, neste estudo, pôde-se considerar que a linguagem escrita é uma linguagem exterior regulada pelo código sociolingüístico, o qual orienta o sujeito para um padrão de relações com objetos e pessoas, e orienta suas escolhas sintáticas, léxicas e semânticas durante o planejamento verbal apoiada em meios gramaticais desdobrados da linguagem, o que suscitou a seguinte pergunta: como o código sociolingüístico – restrito ou elaborado – regula a linguagem escrita de crianças, adolescentes e adultos no que se refere especificamente às formas de relações sociais, às escolhas semânticas e à intervenção da fala oral?

Assim, para responder a esta questão, esta parte do estudo teve como objetivo analisar como o código sociolingüístico regula as formas de relações sociais (posicionamento) e os significados relevantes (escolhas semânticas), no contexto de produção textual escrita das cartas produzidas por 137 sujeitos.

No estudo, entenderam-se como formas de relação social relação o distanciamento ou a proximidade apresentada nos textos, sendo que o distanciamento reflete uma separação e diferenciação em relação ao outro e a intimidade foi caracterizada como a tendência à informalidade ou à proximidade.

As escolhas semânticas foram analisadas considerando-se os significados como particularistas e universalistas, conforme a teoria de Bernstein, os significados universalistas representados pelos significados independentes do contexto, enquanto os significados particularistas representados pelos significados dependentes do contexto. Quanto aos significados ainda, foi avaliada a sua relação relativamente direta com uma

base material local específica, isto é, aos objetos, e a sua relação com uma base material mais indireta e menos específica, isto é, às pessoas.

A forma de relação social escolhida por crianças, adolescentes e adultos

Observou-se a forma de relação social quanto ao posicionamento, proximidade e distanciamento, assumido por crianças, adolescentes e adultos e percebeu-se que as formas escolhidas para tratar os interlocutores das cartas variaram de grupo para grupo, como “oi, olá e beijos”, “querido diretor, beijos, seja feliz, querido amigo, querido cidadão diretor, oi cara, vossa senhoria, chegado diretor, prezado senhor”, a expressões como: “senhora Anadyr, olá, querida, minha colega, estranha ilustríssima, estimada, prezada, caríssima senhora”. Assim, têm-se como exemplos:

Posicionamento de proximidade: *“Querido Amigo, não te conheço, mas te desejo tudo de bom, que nada ruim aconteça com você. Não dexista do seu sonho, luta com vontade e força para que realize eles os seus sonhos. Espero que um dia possa nos visitar aqui na escola, para poder conhecer melhor”* (MAX, 3º ano).

Posicionamento de distanciamento: *“Senhor diretor. Eu sei que o senhor é um bom diretor no seu hospital não estarmos dando o que nos queremos no hospital a maca deve ser com Icoxão grosso e bem mole para nos dar conforto que eu que e pelo menos uma televisão nos quartos de hospital e no quarto que fica as crianças um jogo de qualquer coisa e se o senhor vizer receba os meus parabéns e um bom dia pro senhor”* (WIL, 3ª série).

Sobre as formas de tratamento na relação de posicionamento, entre as crianças não houve diferenças entre a 3ª e a 5ª série, havendo a predominância do posicionamento de distanciamento para todos os grupos de sujeitos. Entre os adolescentes houve diferenças

quantitativas e qualitativas, já que os adolescentes do 1º ano apresentaram características mais próximas das crianças, enquanto que os adolescentes do 3º ano se aproximaram dos adultos. Entre crianças, adolescentes e adultos, pode-se dizer que os adolescentes foram os que apresentaram maior variedade de expressões indicativas de um posicionamento de intimidade. O grupo de sujeitos apresentou, no total, a tendência ao distanciamento.

Escolhas semânticas de crianças, adolescentes e adultos

Observou-se a forma de relação social quanto às escolhas semânticas orientadas aos significados universalistas e particularistas, acionadas por crianças, adolescentes e adultos, como ilustram os exemplos abaixo:

Escolhas orientadas aos significados universalistas: “(...) *senhor diretor acho que uma coisa que você deveria avaliar o seu quadro de funcionários, porque não é só porque o atendimento é gratuito que os funcionários devem ser mal educados e mal-humorados com as pessoas que vão procurar essa instituição*” (ARI, 1º ano do Ens. Médio).

Escolhas semânticas orientadas aos significados particularistas: “*Eu gostaria que tivesse muitas comidas e muito doce para eu comer mais para fala verdade eu nunca fui nu ospitau. Eu gostaria que tivesse bricredo para*” (JES, 3ª série)

Percebeu-se que as escolhas universalistas aumentam à medida que o sujeito torna-se adulto e se escolariza. Pelos resultados, 76,20% das crianças da 3ª série iniciam sua escolarização orientadas para os significados particularistas, mas à medida que se tornam adolescentes e adultas e se escolarizam, as orientações passam de significados

particularistas para significados universalistas. Os resultados mostraram que, no total, há uma tendência gradativa aos significados universalistas.

Observou-se a forma de relação social quanto às escolhas semânticas orientadas aos objetos e às pessoas, acionadas por crianças, adolescentes e adultos, como mostram os exemplos abaixo:

Escolhas orientadas aos objetos: *“Seu Diretor, você tem que ampliar campanhas comerciais visando melhorar a estrutura do hospital, ampliar as suas instalações, assim melhor o atendimento e aumentando o numero de atendimentos” (JOH, 3º ano)*

Escolhas orientadas às pessoas: *“Anadyr, minha colega, não precisa nem se preocupar se acham que você é feia. E daí? Se você ocupa um cargo desses é sinal de que você é muito competente e merece estar aí”. (SAD, 1º ano).*

Pelos resultados, 61,90% das crianças de 3ª série iniciam sua escolarização orientadas para os objetos, mas à medida que se tornam pré-adolescentes, adolescentes e iniciam a vida adulta, se escolarizando mais, as orientações passam a ser às pessoas. No entanto, observando estes resultados por grupos de sujeitos, percebeu-se que há um retorno à orientação aos objetos quando finalizam o Ensino Médio e o Ensino Superior. Estes resultados podem ser visualizados no Quadro a seguir:

QUADRO 1: Resultados por grupos de sujeitos das Formas de Relação Social e Escolhas Semânticas

Sujeitos		Formas de relação social Posicionamento		Escolhas semânticas – significados		Escolhas semânticas –	
		Proximidade	Distanciamento	Particularistas	Universalistas	Objetos	Pessoas
Crianças	3ª série	6 (28,58%)	15 (71,42%)	16 (76,20%)	5 (23,80%)	13 61,90%	8 38,10%
	5ª série	1 (4,77%)	20 (95,23%)	3 14,29%	18 (85,71%)	7 33,33%	14 66,67%
Adolescentes	1º ano	5 (19,23%)	21 (80,77%)	10 (38,47%)	16 (61,53%)	10 38,46%	16 65,54%
	3º ano	7 (22,59%)	24 (77,41%)	10 (32,26%)	21 (67,74%)	18 58,06%	13 38,24%

Adultos	1º ano	7 (31,81%)	15 (68,18%)	4 18,18%)	18 (81,81%)	-	22 100%
	4º ano	5 (31,25%)	11 (68,75%)	7 43,75%)	9 (56,25%)	10 62,50%	6 37,50%

Resultados Gerais: a presença da fala na escrita e o posicionamento e escolhas semânticas

Relacionando-se dos três critérios analisados para se classificar o código sociolingüístico de crianças, adolescentes e adultos, pode-se perceber que houve um predomínio do código restrito (R) entre as crianças da 3ª série do Ensino Fundamental. A tendência desse grupo de sujeitos é para o código muito restrito e restrito, o que equivale a 76,19% das crianças, já que estas apresentaram maior intervenção da fala oral na escrita, posicionamento de proximidade e escolhas semânticas particularistas e orientadas aos objetos. Entre as crianças da 5ª série houve predominância do código elaborado (E), o que corresponde a 85,71% do grupo, já que houve, nesse grupo de sujeitos, mesmo com elevado índice de intervenção da fala oral na escrita, posicionamento de distanciamento, escolhas semânticas mais universalistas e orientadas às pessoas.

Entre os adolescentes do 1º ano, houve uma predominância do código elaborado (E), o que equivale a 73,07% dos sujeitos, sendo que estes apresentaram menor intervenção da fala oral na escrita, assim como posicionamento mais distanciado e escolhas semânticas universalistas e orientadas às pessoas. Assim como os adolescentes do 3º ano, que apresentaram predominância do código elaborado (E), sendo 70,96% do total de sujeitos.

Os adultos do 1º ano apresentaram predominância do código elaborado (E), sem qualquer ocorrência de intervenção da fala oral. Os adultos do 4º ano apresentaram uma dispersão nos resultados dos códigos sociolingüísticos. 43,75% de sujeitos apresentaram

predominância do código restrito (R), embora sem a intervenção da fala oral. E 56,25% dos sujeitos apresentaram predominância do código elaborado (E).

Em síntese, o estudo revelou os seguintes resultados, quanto ao código sociolingüístico predominante pode-se dizer que as crianças apresentaram maior predominância ao uso do código restrito; os adolescentes e adultos apresentaram maior predominância ao uso do código elaborado. Em relação à intervenção da fala oral na escrita, o estudo revelou que se observou nas crianças maior intervenção da fala oral na escrita e essa realização apresentou gradativo decréscimo ao longo dos anos de escolaridade e à medida que os sujeitos tornaram-se adultos.

Em geral, pode-se dizer que o estudo mostrou que a intervenção da fala oral na escrita diminui ao longo do tempo de escolarização e que o código sociolingüístico apresenta uma transição de um código restrito predominante para um código elaborado predominante numa relação entre idade e escolaridade.

Algumas idéias

O estudo dos códigos sociolingüísticos de crianças, adolescentes e adultos revelou que dois fatores - a idade e a escolaridade - regulam as regras de reconhecimento e de realização do código restrito ou elaborado em suas formas de relações sociais, suas escolhas semânticas e suas relações com a fala oral, no contexto de produção textual.

Em síntese, ao contrário dos resultados do SAEB (2003) que apresentavam crianças e adolescentes com poucos domínios dos recursos estruturais da língua, o presente estudo mostrou que as crianças e adolescentes, principalmente a partir da 5ª série, já se encontram no início do desenvolvimento em que há um deslocamento do domínio da fala oral sobre a

escrita para a separação entre a fala oral e a escrita, ou seja, uma inversão na estrutura em que antes a fala dominava a escrita, agora, o conhecimento da estrutura da língua domina a ação da escrita. Portanto, sujeitos com poucos domínios dos recursos estruturais da língua podem ser sujeitos que se apresentam em um processo de desenvolvimento da escrita apoiados no domínio dos recursos estruturais da língua oral e escrita e que a incorporação dos recursos estruturais da língua escrita é um processo lento, ocorrido durante os anos de escolarização e pelas relações sociais.

Ademais, ao contrário do que se imagina, a escola e a escolarização, ainda que com inúmeras dificuldades, representa um local seguro de aprendizagens e de desenvolvimento, ou melhor, de aprendizagem, e a universidade é um lugar garantido de ensino por meio de códigos sociolingüísticos que capacitam jovens e adultos à leitura de contextos e à produção de textos, além, de torná-los capazes de produzir aquilo que ainda pode ser vocalizado. Finalizando, o estudo mostrou, deste modo, que o código sociolingüístico de crianças, adolescentes e adultos é regulado pela idade e pela escolaridade, mas, também, pelos contextos evocadores que podem orientar aos diferentes modos de uso da linguagem fundamentais à comunicação e à construção de conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNSTEIN, B. A estruturação do discurso pedagógico – classe, códigos e controle. Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

Dados referentes ao ANALFABETISMO NO BRASIL. Disponíveis em:

<<http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo>>. Acesso em 01 jun. 2005.

Dados referentes ao SAEB. Disponíveis em:

<http://www.inep.gov.br/basica/saeb/saeb_97e95.htm>. Acesso em 01 jun. 2005.

DOMINGOS, A. M.; BARRADAS, H.; RAINHA, H.; NEVES, I. P. A teoria de Bernstein em Sociologia da Educação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

LURIA, A.R. Pensamento e Linguagem: as últimas conferências de Luria. (Trad.) Diana Myriam Lichtenstein, Mario Corso; supervisão de trad. Sérgio Spritzer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. (Trad.) Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica José Cipolla Neto. – São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. (Trad.) José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. – 6ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.